

# **Relações Sociais na Formação Profissional Especial: da(s) Cultura(s) às Pessoas**

**Miguel Ângelo Granja Lobato**

**FCSH-UNL**

**[miguellobato@sapo.pt](mailto:miguellobato@sapo.pt)**

Através do estudo de um grupo de jovens desfavorecidos, com diferentes origens etno-culturais, a realizar um curso técnico, procurámos compreender as relações sociais estabelecidas entre os formandos e o pessoal de enquadramento.

Assim, ponderando o peso da agência pessoal e dos condicionantes estruturais, na compreensão da forma de relação destes jovens formandos com os formadores e os mediadores culturais que lidam com eles, radicamos os seus padrões de atitude e conduta na adesão a diferentes mentalidades culturais, inseridas no quadro geral de um horizonte de acção comum.

Em suma, defendemos a reabilitação da figura do agente social, face ao horizonte de acção, ao invés da tendencial “naturalização” dos fenómenos sócio-culturais das explicações etno-culturalistas, elaboradas sobre o fenómeno da educação/formação.

**Palavras-Chave: Formação Profissional; Insucesso Escolar; Mediação Cultural; Inserção Social; Mentalidade Cultural**

O presente trabalho, que neste encontro tem a sua primeira oportunidade de ser submetido ao escrutínio dos nossos pares, deriva de um conjunto de desenvolvimentos e reflexões, posteriores à apresentação, em 2003, de uma monografia final de pós-graduação em Formação de Formadores que frequentámos no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Na supracitada monografia, realizámos a avaliação etnográfica<sup>1</sup> de um Centro de Formação Profissional, sito na região da Grande Lisboa<sup>2</sup>, junto de um grupo de jovens (seis rapazes e uma rapariga), entre os 17 e os 18 anos, que, apesar de diversos entre si,

---

<sup>1</sup> Nesta investigação, acordámos com a direcção da Instituição, que iríamos restringir o *locus* da pesquisa aos espaços de recreio e lazer, aproveitando para estudar aquele grupo durante os seus tempos livres. Assim, embora limitando o horizonte da investigação, esta condicionante permitiu-nos estudar a vida quotidiana destes formandos nos espaços físicos onde existe maior flexibilidade de regras, logo, de manifestação “livre” de condutas e atitudes.

<sup>2</sup> E que, por motivos éticos, designámos como Instituto Global de Artes e Ofícios da Periferia, S.A.

tanto nos seus “fenótipos”, como nas suas “origens etno-culturais”, tinham percursos existenciais similares, marcados pela exclusão escolar, laboral, e, conseqüentemente, social.

De facto, oriundos de famílias com baixos níveis de escolaridade, profissões desprestigiantes, parcos rendimentos, e, habitando em bairros ou degradados, ou populares, ou de habitação social, estes jovens estavam ali a frequentar um curso de longa duração (2 anos<sup>3</sup>) no domínio da construção civil<sup>4</sup>, com qualificação de nível II, e, equivalência ao 9º ano, ao abrigo do programa da Formação Profissional Especial<sup>5</sup>.

Ora, pese embora as características especiais desta formação, visando a inclusão social dos jovens envolvidos, convém referir que este grupo de formação<sup>6</sup> era o remanescente da “turma” inicial, que era composta por dezasseis elementos, dos quais quatro haviam sido expulsos, e outros quatro haviam desistido<sup>7</sup>.

Porém, neste trabalho não pretendemos apresentar uma súpula da nossa pesquisa, mas antes desenvolver algumas reflexões relativas à perspectiva do investigador (e, avaliador), que foram emergindo ao longo do tempo que passámos entre os formandos.

Nesse sentido, antes de entrarmos nos aspectos mais substantivos desta comunicação, devemos lembrar que os resultados deste trabalho estão enformados pelo facto de emergirem de uma avaliação etnográfica, a qual, como se sabe, tem um estatuto intelectualmente ambíguo, pois embora recorra a técnicas etnográficas, visa antes de tudo, não produzir uma verdadeira etnografia, mas antes avaliar uma realidade face a um referente, (Fetterman 1984; Fetterman & Pitman 1986).

Assim sendo, no presente trabalho, partindo da pesquisa efectuada sobre a relação destes jovens formandos com os mediadores culturais, iremos apresentar uma breve reflexão sobre uma tese que preconiza o primado da agência pessoal, face aos

---

<sup>3</sup> Pelo menos de início, quando começou; Por motivos imprevistos, a acção teve um desdobramento curricular, desenvolvendo-se em três anos, mantendo todavia a carga horária total inicial.

<sup>4</sup> Neste campo, refira-se que a maior parte da oferta formativa do IGAOP dirigia-se a áreas de formação tradicionalmente masculinas, o que é visível no escasso número de raparigas que o frequentavam.

<sup>5</sup> O qual, na época, estava legalmente regulamentado pelo Despacho Normativo n.º 140/93, de 6 de Julho.

<sup>6</sup> Com quem nos envolvemos, durante os últimos meses do segundo ano do curso.

<sup>7</sup> Já durante a nossa pesquisa, um dos formandos com que trabalhámos, também foi expulso, como forma de resolver a recorrente perturbação que provocava nas sessões de formação. Não obstante, o dispositivo institucional, particularmente por intermédio dos mediadores culturais, procedeu sempre ao seu acompanhamento. Todavia, os problemas que motivaram a expulsão, tanto quanto sabemos, derivaram das condutas desenvolvidas no interior da sala de formação, local onde o alcance da intervenção dos mediadores, por norma, era bastante reduzido.

condicionantes estruturais, inscrevendo a diversidade dos padrões de atitude e conduta que observámos, na adesão (pessoal) dos agentes a diferentes configurações de mentalidades culturais.

Nesse sentido, enquanto avaliadores etnográficos, o nosso papel principal é a produção de conhecimentos para apoio à acção, pelo que, de entre a variedade de teorias disponíveis para abordar o terreno, devemos ter a preocupação de recorrer a uma(s) que responda(m) às questões que urge resolver.

Todavia, não vamos aqui falar da avaliação etnográfica em si<sup>8</sup>, mas antes das mais-valias heurísticas e hermenêuticas derivadas da opção consciente de, no estudo de pequenos grupos (como é o caso de um meio escolar circunscrito), recorrer-se à “atomização” das estruturas sociais, a saber, lendo os agentes envolvidos como hologramas societais, reflectidos em espelhos distintos, ou seja, pessoas concretas, *hic et nunc* (aqui e agora), que, através do seu *dasein* (estar-aí), movem-se num *lebenswelt* (mundo da vida), do qual emergem simultaneamente como produtos e produtores, operando no âmago da dualidade da estrutura de que nos fala Anthony Giddens (Giddens 2000).

Por outras palavras, num processo decisório, balizado por preocupações, tanto pragmáticas (escolha de um quadro teórico com boa adesão aos fenómenos observados e relevância para a acção), como filosóficas (valorização e dignificação da pessoa humana), elaborado no seio de uma avaliação etnográfica sobre os formandos de um curso de formação profissional especial, enjeitando as teses mais “estruturalistas”, e, rejeitando as sobredeterminações (sociais, económicas, raciais, sexuais) que possam ser elaboradas sobre determinadas categorias de pessoas (pobres, mulheres, minorias, etc), procurámos tratar cada um dos envolvidos nesta investigação como um sujeito, ou seja, reconhecendo a distintividade e diversidade dos seus caminhos pessoais, familiares, e escolares, sem prejuízo dos elementos que os unem entre si<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Sobre este assunto, pode consultar-se proveitosamente os estudos de David Fetterman (Fetterman 1984; Fetterman & Pitman 1986).

<sup>9</sup> Assim sendo, este trabalho decorreu a uma escala micro-social, onde tentámos equilibrar horizontes de acção macro-estruturais e as possibilidades (realistas e/ou razoáveis, esperamos) existentes ao nível da agência pessoal dos intervenientes (Bourdieu s.d.)

Posto isto, embora tenhamos explorado algumas teorizações bastante profícuas sobre a exclusão social<sup>10</sup>, recusámos abordar o terreno com um quadro teórico “pronto-a-vestir”, razão pela qual procurámos deixar que os eventos em que participávamos fossem ajudando à emergência de uma hermenêutica do vivido, numa perspectiva próxima da teoria emergente (usualmente conhecida por *grounded theory*).

Assim, nesta pesquisa, enjeitámos as teorias que elaboram instrumentais (modelos de dados e grelhas de leitura da realidade) centrados no primado de determinada variável (classe, raça, sexo, etc.), por considerarmos que essas teses escondem escolhas ideológicas que enviesam as análises científicas, enformando-as a visões políticas do mundo, bem como as teorizações ostensivamente psicologistas, que, reificam os indivíduos, e, descaram a importância da dimensão social e colectiva da vida humana, e, a posição dos sujeitos na estrutura e organização da sociedade.

Logo, preconizando que «...the ethnographer enters the field with an open mind, not an empty head.» (Fetterman 1998, p. 1), desenvolvemos uma reflexão sobre a sociedade e a cultura, assente na desconstrução de visões homogeneizantes e intentos hegemónicos (oriundas tanto dos estratos dominantes como de grupos subalternos), que visam reduzir o “*lebenswelt*” a uma tendência configuradora de um inequívoco e normativo padrão de ideias e condutas, próprias de determinada civilização, etnia, classe social ou mesmo sub-cultura.

Ora, contra esta tese que – inclusive sob o signo do multiculturalismo –, preconiza que as culturas são tendencialmente fixistas e/ou essencialistas<sup>11</sup>, opusemos uma teoria que considera o domínio cultural como uma rede constelacional, transitória e em constante (re)produção, que pode assumir expressões diversas no interior de cada sociedade, sem todavia negar a sua unidade, particularmente no que concerne à identificação e filiação identitária (Nunes 1995; Crehan 2004).

A título de exemplo, e, salvo melhor opinião, defendemos que é um erro (infelizmente comum) considerar que as “segundas gerações” de imigrantes, vivem num regime de “esquizofrenia cultural”; Isto porque, fruto dos processos dinâmicos (e,

---

<sup>10</sup> Especialmente os estudos feitos sobre a égide de Luís Capucha e Alfredo Bruto da Costa (Capucha 1999; Costa 1998); Fruto das aprendizagens posteriores, hoje reconhecemos que o quadro teórico em que nos movimentámos na altura está um pouco desactualizado.

<sup>11</sup> As marcas mais ou menos camufladas deste tipo de teses, encontram-se mesmo entre alguns antropólogos, ainda que estes o ignorem ou neguem. Nesse sentido, a auto-vigilância do discurso é fulcral para evitar cair nesta dissimulada e recorrente armadilha do senso comum.

amiúde ambíguos ou contraditórios) de socialização e endoculturação, em que usualmente são (re)produzidas, entre diferentes “mundos de vida”, expressam-se por códigos culturais emergentes, que reflectem as novas modalidades sociais de pensar, sentir e agir, em que se revêem.

Efectivamente, ao edificarem novas “sub-culturas”, não só “miscigenizam” elementos de diferentes proveniências, como também respondem de forma plural e diversa a todo um conjunto de diferentes desafios, expectativas e/ou aspirações, no quadro de um complexo socio-cultural que assenta numa lógica que não é monolítica, mas antes segmentar, organizado segundo princípios policêntricos, i.e., abrindo e explorando um feixe de modos de vida, que, embora podendo, por vezes, possuir um núcleo de elementos transversais, reelaboram-nos de formas particularmente distintas.

Por outras palavras, não devemos apenas mudar as palavras, mas temos que redefinir também a sua semântica; O reconhecimento de uma emergência miscigenada (que tanto se aplica a filhos de caboverdeanos em Portugal como à prole dos portugueses em França) não é a denúncia de uma alienação cultural (embora alguns o possam viver assim, numa identidade dilacerada), nem a apologia da hibrididade cultural, mais próxima do multiculturalismo celebratório (com que certos sujeitos se podem porventura identificar), mas antes uma abertura intelectual, por parte do investigador, que o torne capaz de reconhecer que, nestas pessoas (que podem ou não viver impregnadas em redes comunitaristas de identificação e sociabilidade), tanto têm de comum como de diverso.

Ou seja, o fulcro da nossa tese é a defesa que, devemos reconhecer o “Outro” (seja ele qual for), nos mesmos parâmetros que identificamos o “Eu”, i.e., reconhecendo a pluralidade das pessoas e dos seus modos de vida, para lá da sua aparência; Nesse sentido, um interlocutor tem o supremo direito de falar por si, enquanto ser singular – embora nunca perdendo a sua posição de sujeito cultural e socialmente situado – ao invés de ser discursivamente sobredeterminado por um conjunto de categorizações genéricas (nacionais, étnicas, sociais, sexuais, etc), seja de cariz laudatório, de tipo pejorativo, ou de género neutro.

Mas, saindo deste breve excurso, importa referir que, foi através do enquadramento da investigação com um conjunto de noções operatórias, por vezes

contra-factuais (i.e., opostas à “naturalização” dos fenómenos e/ou à justificação e padronização da evolução das suas configurações sociais), que permitimos que o terreno fosse gerando pistas para a sua própria interpretação, pelo que esperamos que o aparato teórico referido em epígrafe nos tenha apartado do senso comum, sem por isso cortar relações com o bom senso.

Porém, mais que pugnar por uma tese, esperamos que o nosso *insight* ao ser aquilatado pelos nossos pares, venha a ser refinado, e, em tempo, refutado por uma perspectiva mais promissora<sup>12</sup>.

Além disso, importa ainda referir que as nossas conclusões devem muito à estratégia de pesquisa mobilizada, a qual, devido a estudarmos um fenómeno restrito a um pequeno grupo de pessoas, pôde assentar no individualismo metodológico, com um acento tónico no pólo da observação (e da escuta casual), o que desenlevando a acção diferencial dos agentes sociais sob investigação, revelou trajectórias sociais e percursos biográficos diferenciados que, matizam as visões hegemónicas que tendem sumariamente a associar e/ou justificar a pertença a determinada categoria social, com a existência de diferentes tipos de exclusão social.

Desta forma, o individualismo metodológico – se interpretado em termos culturalistas – permite-nos que, da profusão de dados observados, se possam perspectivar diferentes padrões de conduta – enraizados em trajectórias sociais colectivas (culturalmente informadas) e, expressos por percursos biográficos singulares – que se apresentam sob o conceito de “modo de vida”.

Esta última noção, sintetizando mecanismos de ordem cultural e sócio-económica, favorece a legibilidade das diferenças (por vezes profundas), que separam as condutas consideradas dominantes, entre e no interior, dos vários estratos sócio-económicos ou comunidades etno-culturais.

Efectivamente, esta diversidade de modos de vida da pobreza e exclusão social é magistralmente ilustrada em “Os filhos de Sanchez”, monografia de Óscar Lewis sobre a biografia de uma família pobre da cidade do México, no seio da qual os membros da linhagem, revelam como nas suas vidas, exploraram distintos percursos existenciais,

---

<sup>12</sup> No campo da epistemologia, Imre Lakatos, foi para nós uma referência basilar, por desenvolver uma reflexão emergente das fecundas contribuições do debate entre Thomas Khun e Karl Popper (Lakatos 1998; Lakatos 1999).

desde o prosseguimento dos estudos, protagonizado por Consuelo até ao crime ocasional, perpetrado por Roberto (Lewis 1979).

Na mesma linha, na tentativa de escapar ao pântano intelectual em que muitas vezes caem os culturalistas, optámos pelo recurso ao conceito de mentalidade cultural, tanto mais que ao invés da difícil operacionalização da ideia de cultura, esse termo expressa simplesmente um sistema de referências colectivas, no seio do qual os indivíduos que dele partilham, possuam atitudes e condutas comuns concordantes com essa percepção do mundo (Vieira 1995).

Em suma, com tudo isto, não quisemos fazer mais do que evitar a sobredeterminação das pessoas, e, a sua consequente redução ao nível do estereótipo ou das ideias feitas, mesmo que com a mais benigna e igualitária das intenções.

Efectivamente, estamos entre os que defendem que a reificação da diferença, bem como os discursos e as práticas a ela associada – por vezes levados a extremos (Vasconcelos 1996) – mesmo que elaborados com intenções igualitárias, correm o sério risco de enfraquecer e inquinar os laços sociais em prol de políticas comunitaristas, de consequências incertas e equívocas<sup>13</sup>.

Face a tudo isto, considerámos o terreiro de formação, como um terreiro de desiguais e permanentes negociações, através das quais jovens formandos e agentes institucionais, (re)constroem processos de regulação e legitimação das diversas formas de conduta social em presença, nomeadamente no domínio sócio-educativo.

Assim sendo, se alguns formandos (principalmente jovens adultos, maiores de idade) exprimiam atitudes mais “consentâneas” com o institucionalmente “desejável”, outros havia que revelavam claro “desajuste”, particularmente visível em comportamentos belicosos para com os seus pares, embora a maioria dos sujeitos demonstra-se uma conduta intermédia, umas vezes dando mostras de maior acatamento de normas de conduta instituídas, enquanto em outras ocasiões, tendiam a acentuar os actos de insubordinação e/ou desobediência<sup>14</sup>.

No entanto, conforme nos foi dado a observar, o IGAOP, enquanto comunidade de agentes institucionais e beneficiários da formação, era governado por um regime de

---

<sup>13</sup> Existe, pelo menos, um bom estudo sobre alguns aspectos desta problemática, em contexto holandês (Vermeulen 2001).

<sup>14</sup> Expressos particularmente na resistência à imposição da pontualidade quanto aos tempos lectivos, de modo especial quando as actividades recreativas (como a conversa ou o pingue-pongue) em que estavam envolvidos, decorriam em franca grande animação.

mútua adaptação, comprimido entre os esforços envidados por diferentes jovens em implementarem os seus distintos modos de vida (que iam do acatamento geral das regras à violência entre pares, passando pela subordinação da formação à diversão), e,

os projectos institucionalizados de regulação das atitudes e condutas<sup>15</sup>, particularmente através dos mediadores/animadores culturais, nos espaços livres, os quais, ancorados numa posição de “charneira”, entre os formandos e a organização, tinham o fulcro da sua actividade centrada na harmonização dos diferentes modos de vida e mentalidades culturais em presença.

Neste domínio, entramos em choque com aqueles que, de modo ligeiro, radicam modos de vida e mentalidades culturais em supostos ascendentes e/ou filiação em determinada cultura. Isto porque, defendemos que, em última análise, essas teses, visam circunscrever grupos de pertença, e, reificar os *ethos*, justificando os fenómenos com argumentos quasi-naturalistas.

Todavia, ao estudar os jovens envolvidos nesta formação, tomando-os como pessoas ao invés de espécimes de determinada categoria (social, racial, sexual ou cultural), concluímos que a diversidade dos padrões de conduta observados, remete o valor heurístico da causalidade fundada na categorização para um papel residual.

Isto é válido, excepto no caso de estarmos dispostos a acreditar nas vetustas “caracterologias” nacionais ou a preconizar que as culturas constituem sùmulas sistematizadas e orgânicas bem delimitadas, não obstante haver muitos adeptos destas teorias, que englobam não só uns quantos estudiosos, como também, mais que qualquer outros, os activistas de toda a espécie – especialmente os nacionalistas radicais – que lutam pela implementação efectiva deste tipo de programa de acção.

Assim sendo, é ao explorar a descontinuidade entre os arquétipos do dever-ser,

---

<sup>15</sup> Não obstante os elementos mais recalcitrantes ao respeito ou negociação de fórmulas de “convivência”, necessárias ao institucionalmente desejável desenrolar da Formação Profissional, acabassem por ser irradiados do sistema. Todavia, ao contrário da escola “tradicional”, devido ao amplo regime de autonomia organizacional e pedagógica, existente no Centro de Formação Profissional que estudámos, verifica-se um efectivo esforço de inclusão social e combate à marginalidade, especialmente pelo recurso a animadores/mediadores culturais; Conforme revelou a nossa pesquisa, estes desenvolvem um papel decisivo na gestão da mudança, prevenindo conflitos, e, incentivando alterações de atitudes e condutas, no sentido dos padrões socialmente aceites.

e, a realidade substantiva das modalidades concretas de padrões de atitude e comportamento, que encontramos esta plethora de modos de vida e de mentalidades culturais, inscritas no âmago dos sujeitos investigados.

Deste modo, verifica-se que os jovens formandos trazidos à colação, assumiam uma grande diversidade de formas de conduta, informadas tanto por idiosincrasias pessoais, como pela diversidade de trajetórias biográficas, que moldaram a sua socialização primária, em determinados modos de vida e mentalidades culturais.

Neste sentido, releva da nossa pesquisa que estamos perante um processo de (re)produção social e cultural, emergente de uma dinâmica de socialização secundária, na qual se negociam formas de pensar e agir, tendo em vista uma maior adaptação destes jovens em risco de exclusão social no seio da sociedade envolvente, particularmente em termos laborais.

Ora, foi o facto de enformarmos a nossa pesquisa por estes pressupostos, que acabámos por valorizar a diversidade interna entre os formandos, radicando-a numa plethora de modos de vida e mentalidades culturais, que não são redutíveis a causalidades unidimensionais.

Logo, nesta linha, interessados em conhecer as diferentes expressões das atitudes e condutas dos formandos, concluímos pela vacuidade das teses que tendem a reduzir os jovens pobres ou socialmente excluídos a um grupo de comportamento homogéneo, tanto mais que afigura-se que, esta visões derivam de um excessivo enfoque nos casos particularmente problemáticos, negligenciando as situações de marginalidade mais brandas, o que provoca leituras equívocas, que erradamente tomam o todo pela parte.

Posto isto, enquanto avaliadores etnográficos, afigurou-se que a Instituição, desenvolvia um duplo labor, procurando, através dos formadores, que estes jovens adquirissem conhecimentos profissionais passíveis de lhes abrir as portas ao mercado de trabalho (quebrando assim o ciclo da pobreza e da exclusão profissional), e, através dos animadores/mediadores culturais, proceder à "correção" de comportamentos, com vista a que estes jovens pudessem adquirir (quando necessário) competências sociais, passíveis de lhes facultar uma melhor integração no seio das normas de conduta da sociedade envolvente e do mercado de trabalho.

Deste modo, sem procurarmos “naturalizar” qualquer modalidade de organização do mundo humano, procurámos interpretar as mentalidades culturais, bem

como as suas expressões societais, patentes nos modos de vida destes jovens, perspectivados no quadro de uma cultura segmentar, derivada ela própria, da dimensão policêntrica das culturas e sociedades, tanto “tradicionais” como “modernas”<sup>16</sup>.

Em suma, concluímos que estes jovens, não radicam a sua conduta em modos essencialmente determinados de relacionamento social, fruto de uma determinada cultura, seja de etnia ou de classe, mas antes, exprimem a diversidade das formas de conduta humana, pelo que ao invés de os reduzirmos a categorias, devemos, antes de tudo o mais, reconhecê-los como pessoas e tratá-los como sujeitos.

Logo, reiterando o propósito desta comunicação, não entrámos em pormenores substantivos do empírico, nem ficámos na especulação gratuita; Falámos pois de algumas reflexões sobre a prática e o terreno, esperando que, outros também possam vir a lucrar com as nossas teses, mesmo que discordem das suas linhas programáticas.

Posto isto, defendemos que, se a cultura (en)forma os sujeitos, as pessoas operam sobre a cultura, e, nenhum destes elementos é redutível ao outro.

Assim, fazemos votos para que, especialmente quando se estuda ou trabalha entre grupos desfavorecidos – que estão particularmente expostos ao olhar desse “Outro”, corporizado nos cientistas sociais – tenhamos sempre em conta, que há pessoas para lá das culturas, (bem como o inverso).

---

<sup>16</sup> Efectivamente, as instituições culturais dotadas de superior legitimidade ou poderio (substantivo ou simbólico), não obstam à presença em cena de focos de poder alternativos, secundários ou marginais, que assumem funções de complementaridade, concorrência e/ou antagonismo.

## **Bibliografia**

**BORDIEU**, Pierre, s.d., *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genebra, Librairie Droz.

**CAPUCHA**, Luís Manuel Antunes (coord.), 1999, *Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

**COSTA**, Alfredo Bruto da, 1998, *Exclusões Sociais*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva Publicações.

**CREHAN**, Kate, 2004, *Gramsci, Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo da Comunicação.

**FETTERMAN**, David M., 1998, *Ethnography*, Thousand Oaks, Sage Publications.

**FETTERMAN**, David (ed.), 1984, *Ethnography in Educational Evaluation*, Beverly Hills, Sage Publications.

**FETTERMAN**, David e Mary Anne Pitman (eds.), 1986 *Educational Evaluation. Ethnography in theory, practice and politics*, Beverly Hills, Sage Publications.

**GUIDDENS**, Anthony, 2000, *Dualidade da Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.

**LAKATOS**, Imre, 1999, *Falsificação e Metodologia dos Programas de Investigação Científica*, Lisboa, Edições 70.

**LAKATOS**, Imre, 1998, *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais*, Lisboa, Edições 70.

**LEWIS**, Óscar, 1979, *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores.

**MILAGRE**, Cristina Maria Paulo do Nascimento *et al.*, 2002, *Perfis Emergentes*, Lisboa, Instituto para a Inovação na Formação.

**NUNES**, João Arriscado, 1995, *Reportórios, Configurações e Fronteiras: Sobre Cultura, Identidade e Globalização*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.

**VASCONCELOS**, Teresa Maria Sena de, 1996, “Onde Pensas que Tu Vais? Senta-te! – Etnografia como Experiência Transformadora”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 6: 23-46.

**VERMEULEN**, Hans, 2001, *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Edições Colibri.

**VIEIRA**, Ricardo, 1995, “Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultural”, *Educação, Sociedade & Culturas*, 4: 127-147.